

Os contextos nos quais a pessoa se desenvolve devem facilitar o uso da sua tecnologia de apoio quando quiser comunicar. Isto garante que a pessoa possa expressar-se com autonomia, participe em igualdade e as suas opiniões e ideias sejam tidas em conta.

Os contextos nos quais a pessoa participa variam segundo a idade, actividades que realiza, lugares a que vai, interlocutores com que se relaciona, etc. Entre os contextos comunicativos podem estar:

- Educativos (*p.e., colégio, escola*)
- Sanitários (*p.e., centro de saúde, hospital e suas diferentes especialidades, farmácia, fisioterapia*)
- De habilitação e reabilitação (*p.e., centro de dia, centro de reabilitação especializado, clínica*)
- Culturais, de lazer e recreativos (*p.e., museu, cinema, teatro, restaurante, local de férias*)
- Transporte (*p.e., autocarro, metro, comboio, avião, barco, táxi*)
- Lar e vizinhança (*p.e., vivenda, lojas habituais*)
- Vivenda alternativa ao lar (*p.e., residência, centro de acolhimento*)
- Administrações públicas (*p.e., loja do cidadão*)
- Judiciais e de segurança (*p.e., tribunal, polícia*)

Exemplo

Sandra viu como uma pessoa lhe roubava a carteira do saco que traz na cadeira de rodas. Na polícia, utiliza o seu comunicador para explicar ao agente o que lhe aconteceu e como era o ladrão.

Exemplo

Tomás está na estação de comboio. Ao tirar o seu bilhete para viajar, a máquina mostrou um aviso de erro. Tomás aproxima-se do posto de atendimento ao público e com o seu comunicador explica à pessoa no guiché o que lhe aconteceu.

Contextos habituais

Na nossa rotina diária, costumamos participar nos mesmos contextos de maneira habitual. Além do próprio lar ou outra alternativa (*p.e., residência, centro de dia*), no qual partilhamos espaços com os mesmos interlocutores (*familiares, companheiro, vizinhos*), as nossas actividades quotidianas marcam os espaços nos quais participamos de forma frequente: escola, centro de dia, de reabilitação, actividades extraescolares, etc.

Todos os interlocutores que integram estes contextos frequentes devem proporcionar oportunidades de comunicação, conhecer o sistema utilizado pela pessoa e facilitar o seu uso. Isto tem especial relevância em contextos educativos, de reabilitação, centros de dia em geral, nos espaços em que se implementam medidas para o desenvolvimento e aprendizagem destes sistemas de comunicação, onde é necessária a implicação de todo o pessoal para que o seu uso seja generalizado em qualquer instância e com qualquer pessoa.

Exemplo

Bea utiliza cadeira de rodas e comunica com uma aplicação de comunicação, instalada num tablet que posiciona no tabuleiro da cadeira. Hoje é o seu primeiro dia de aulas e está nervosa. Conta com o vocabulário para se apresentar mas não sabe o que pensarão os novos colegas. Toca a campainha e a professora reúne-os em círculo. É a sua vez. Bea vai premindo pictogramas: *“OLÁ – EU – BEA. EU – 12 – ANOS – EU – USAR – COMUNICADOR – FALAR”*. Ao princípio, os colegas olham para Bea com estranheza. A professora rompe o silêncio dizendo: *Bea, bem-vinda*. Todos os colegas dizem em uníssono: *Bem-vinda, Bea!* Ao terminar a aula, a professora tem uma reunião na sala de professores e comenta: *“Este ano tenho uma aluna que utiliza um comunicador e creio que é importante que todos conheçamos o sistema e como podemos apoiá-la para que possa usá-lo em todas as aulas e trabalhos. Que vos parece organizarmos todos uma reunião com Bea e a família? – Perfeito!”*

Equipa profissional

Em contextos de ensino – aprendizagem, apoio, atenção, reabilitação, etc., nos quais participam pessoas com deficiência e dificuldades de comunicação, a coordenação da equipa profissional entre si e da equipa com as famílias é fundamental, para que o sistema de comunicação seja integrado em todos os espaços e com a implicação de todos os interlocutores potenciais.

Exemplo

Manuel tem 22 anos e utiliza um programa de comunicação que controlo com o olhar. Consiste num teclado virtual, frases de uso frequente e abreviaturas para expandir mensagens completas. Manuel esteve hospitalizado duas semanas por dificuldades de respiração. Foi a primeira vez que esteve num hospital e está preocupado. Os médicos avisaram-no que se sentisse pressão no peito, enjoo, sensação de falta de ar ou mal-estar, deveria dizer de imediato. Mas Manuel tem medo de não comunicar de forma rápida uma situação de emergência da sua saúde. Hoje voltou ao centro onde realiza um curso de automação. Logo no início, Manuel e os pais tiveram uma reunião com a médica do centro para explicar-lhe esta situação.

Na reunião de equipa, a médica fala dos resultados da reunião. Tanto ela como o pessoal de enfermaria e auxiliares elaboraram uma lista de vocabulário relacionado com possíveis sintomas. Aproveitando a ocasião, a fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional farão o mesmo em relação à dor e às sensações; o pessoal de apoio no refeitório enumerará inconvenientes que possam surgir durante a refeição; a assistente social contactará com a associação em que o Manuel participa de modo a partilhar os recursos de comunicação para que possam dispor deles nas saídas que realizam. A terapeuta da fala compilará todo o vocabulário anotado pelos seus colegas para trabalhá-lo com o Manuel, de forma a que saiba utilizá-lo no momento e situação apropriados. Também organizará reuniões com os professores e com os companheiros e companheiras de aula de Manuel, para que conheçam estes apoios de comunicação e saibam actuar para ajudá-lo.

A equipa também organizará uma reunião com Manuel e os pais, de forma a poderem implementar os mesmos recursos comunicativos em sua casa e também poder dispor destes quando Manuel passa os fins de semana em casa do irmão mais velho.

Contextos menos habituais

A pessoa deve ter a oportunidade de utilizar o sistema de comunicação em qualquer contexto e isto inclui os espaços em que intervierem interlocutores que não estão familiarizados com estes meios de comunicação ou que, inclusivamente os desconhecem. Nestas situações é compreensível que o interlocutor não saiba como actuar e é importante dar tempo e ter paciência.

A progressiva tomada de consciência sobre estes sistemas como meio de expressão eficaz e funcional desenha um futuro mais inclusivo, acessível e integrador para pessoas com dificuldades de comunicação oral.

Artigo 21 Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação.

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, ...entre as quais:

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. ONU (2006).